

Opinião

A (IN)UTILIDADE DOS 'RANKINGS' DAS ESCOLAS



VOZ ÀS ESCOLAS | JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO*

Em crónica anterior, publicada em 09/10/2014, neste mesmo espaço de opinião, procurei relativizar a utilidade dos 'rankings' das escolas baseados apenas na ordenação dos resultados dos exames nacionais. O livre acesso às bases de dados dos resultados das disciplinas sujeitas a exames nacionais é de inquestionável interesse público. Os usos que deles se fazem materializam liberdades que todos devemos defender. Mesmo quando deles se faz mau uso.

A utilização dos resultados dos exames para fazer uma ordenação simples e "descobrir" as "melhores" e as "piores" escolas, tem sido uma das práticas mais populares. Aceitando-as como o livre exercício de um direito de cidadania, não posso deixar de as considerar um exercício preguiçoso e gerador de uma mera catalogação de curiosidades de reduzido valor.

Nunca será demais repetir que nas escolas (ainda) se fazem muitas outras coisas importantes além de preparar alunos para os exames nacionais. Há muito para ensinar e para aprender que não será sujeito a exame. Mesmo nas disciplinas sujeitas a exame obrigatório, muitas dimensões da aprendizagem não são testadas em exame (como as componentes da oralidade, no caso das línguas, ou as componentes práticas e experimentais das ciências naturais). Assim, muito do que importa avaliar do trabalho dos alunos, e do que se devia avaliar do trabalho das escolas, não passa pelos resultados dos exames. Por isso, nas disciplinas do ensino secundário sujeitas a exame obrigatório, a nota do exame pesa apenas 30% na classificação final enquanto a nota de frequência, dada pelos professores aos alunos internos, pesa 70%. Consequentemente, porque incidem sobre aspetos de abrangência diferente, mesmo sem a interferência de outros fatores, é normal verificar diferenças entre as notas internas e as notas de exame.

Por outro lado, nada de sério pode ser retirado da comparação das médias dos resultados de 1200 exames, realizados por 600 alunos de uma escola secundária em oito disciplinas, com as médias dos resultados de 12 exames, realizados por 6 alunos de um colégio em três disciplinas. Cumprindo dar exemplos, veja-se o destaque dado a um colégio de Guimarães, que levou seis alunos ao exame de Português (média de 14,53); cinco ao exame de História A (média de 12,22) e um ao exame de Matemática A (17,60). No 'ranking' 1.º do 'Público' este colégio surge no 11.º lugar com a média de 13,83. Melhor ainda, no ranking do 'Jornal de Notícias' (JN) surge no 3.º lugar com a média de 14,78 (já se verá o porquê desta diferença). Nesse colégio, o jovem que fez a prova de Matemática A merece ser aplaudido, foi a exame com 13 e não só obteve para si pró-

prio o magnífico resultado de 18 valores no exame (na disciplina ficou apenas com 15), como conseguiu, sozinho, fixar em 17,60 a média (!) do colégio na disciplina de Matemática A. Por outro lado, nestas estatísticas, ainda compensou a infelicidade da sua colega que, na prova de História A, foi a exame com 18 e obteve 13,3 (ficando com 17 na disciplina). Ainda assim, são de outros colegas as maiores subidas e descidas (+5,9 e -5,9 valores respetivamente), muito embora o desvio médio global seja de apenas -0,68 valores. Os alunos, e o colégio, não têm qualquer responsabilidade das análises tolas que outros fazem dos seus resultados, mas nada disto são boas notícias para as análises fáceis.

Porém, no dever de aceitar e defender este amplo exercício de liberdades, cumpre também o direito e a obrigação de criticar o exercício incompetente e mal informado. Alguns dos piores exemplos foram dados pelo respeitável JN. Como terão percebido os leitores mais precavidos, o 'ranking' do JN não se baseia na média das notas dos alunos de cada escola, mas na média das médias obtidas pela escola em cada exame. Assim, o "ranking" do JN dá à média da escola no exame de Português, obrigatório para todos os alunos do 12.º ano, o mesmo peso que dá à média do exame de Matemática Aplicada Ciências Sociais, obrigatório apenas para uma parte dos alunos do 11.º ano de um dos cursos. Consequentemente, neste 'ranking', um bom resultado médio num exame realizado por muito poucos alunos, compensa aritmeticamente um mau resultado num exame realizado por muitos alunos. Noutra situação, a tentação da frase bombástica levou o JN a expor, com exuberância, a incompetência da sua análise. Na página 10 do seu caderno dedicado aos 'rankings', titula-se em letras gordas: "NENHUMA ESCOLA DO PAÍS TEM MÉDIA INTERNA NEGATIVA"[sic]. Logo de seguida, a autora desenvolve e sustenta o título, "*Quarenta e sete por cento das escolas tiveram média negativa nos exames. Mas nenhuma teve classificação interna inferior a 10.*"[sic]. Ora, alguém precisa de explicar à autora que não há alunos internos com notas inferiores a 10. Os alunos que tiram notas inferiores a 10, reprovam e vão a exame como autopropostos, ou sejam, não entraram nas contas do 'ranking'. Contudo, a partir daquele falso pressuposto, elabora-se depois sobre a teoria da inflação deliberada das notas internas.

É preciso dizer mais? Claro que não! Mas, apesar de tudo, viva o debate e a liberdade de expressão!

* Diretor da Escola Secundária de Caldas das Taipas, Guimarães (Este texto foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico)